



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário
Nº 14/2025 - 30 de Março
(11) 95446-2020
@massas.por - pormassas.org



CARTA ÀS CENTRAIS, SINDICATOS E MOVIMENTOS

É necessário combater a ultradireita bolsonarista e seus aliados, mas com o programa, as reivindicações e os métodos de luta da classe operária

É necessário uma política operária completamente independente dos governos e da burguesia

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua, em defesa dos salários, empregos e pela derrubada das contrarreformas antinacionais e antipopulares

Os bolsonaristas realizaram uma manifestação no Rio de Janeiro pela anistia dos envolvidos na tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023. Agora, as organizações Povo Sem Medo e Frente Brasil Popular, que expressam a política do PT, PCdoB e PSOL, sobretudo, realizam a “Mobilização Nacional Sem Anistia e Prisão para Bolsonaro”. No Congresso Nacional, o PL encabeça uma arregimentação parlamentar para obter a anistia dos já condenados pela invasão da Praça dos Três Poderes. Bolsonaro e autoridades de seu governo pretendem que a anistia seja geral.

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) acaba de tornar réus os membros da alta cúpula implicados na tentativa de golpe de Estado. Os bolsonaristas e aliados farão tudo o que tiver ao seu alcance para inviabilizar a condenação e a prisão dos conspiradores. Inclusive, vêm contando a seu favor com o governo fascistizante de Trump. Necessitarão do apoio de parte da população que se acha profundamente influenciada pelos partidos de direita e ultradireita e organizações empresariais e religiosas. Vão alimentar a divisão entre as massas oprimidas que marcou as eleições presidenciais de 2022 e que possibilitou a tentativa de Bolsonaro, generais, grupos empresariais, partidos e igrejas de impedir a posse de Lula/Alckmin.

A manifestação no Rio de Janeiro, montada pelo pastor evangélico Silas Malafaia, não teve o número de pessoas esperado, mas indicou que a ultradireita e direita percorrerão esse caminho para manter o apoio popular contra a condenação e pela anistia. Está prevista a manifestação bol-

sonarista em São Paulo no dia 6 de abril, que contará com o aparato da prefeitura, Ricardo Nunes, e do governo do estado, Tarcísio de Freitas.

É de se esperar o agravamento da crise política, que advém das divisões interburguesas em torno ao poder do Estado. A eleição de Lula não serviu para estabilizar a economia e, assim, equilibrar as forças políticas em choque desde o fim da ditadura militar e o estabelecimento da chamada “Nova República”. É necessário levar em conta que parte da direita, que foi responsável pela derrubada do governo de Dilma Rousseff, portanto, por um golpe institucional, faz parte do governo de frente ampla de Lula. Mesmo assim Lula se mostrou incapaz de ter um mínimo de independência diante do Congresso Nacional oligárquico, e governa na posição de refém.

O Judiciário ganhou força política precisamente nas condições de agravamento dos conflitos entre o Legislativo e o Executivo. O fato de Bolsonaro ter afundado sua governabilidade nos marcos da pandemia e de Lula ter recuperado seus direitos políticos, deu maior espaço de intervenção política ao STF.

O divisionismo no seio da classe burguesa, que arrasta camadas da classe média e da classe operária, não será arrefecido com a condenação de Bolsonaro e seu asseclas. Isso por que a crise política está determinada pelas travas econômicas que impedem o desenvolvimento das forças produtivas e que continuam a reproduzir a pobreza, miséria e fome. Está mais do que visível o fracasso do governo

que se pretende nacional-reformista em impulsionar o crescimento econômico e em proteger as massas trabalhadoras das consequências sociais de uma economia que tende à estagnação. A alta inflacionária e a elevação dos preços dos alimentos atingem frontalmente as massas trabalhadoras. Mas, esse é apenas um dos problemas. O avanço da terceirização, informalidade e o raquítico salário mínimo vêm sacrificando ainda mais as condições de trabalho e de vida da maioria oprimida.

Todos os governos têm sido obrigados a submeter a política econômica e as “reformas” (contrarreformas) ao capital financeiro que parasita a gigantesca dívida pública. Temer e Bolsonaro, produtos do golpe institucional de 2016, impuseram as contrarreformas mais violentas desde as medidas antinacionais e antipopulares do governo de Fernando Henrique Cardoso. Lula não só mantém as contrarreformas do governo de direita e ultradireita, como vem promovendo outras na mesma linhagem.

É nesse terreno de imposição de medidas antinacionais e antipopulares que se desenvolve as divisões interburguesas e a ofensiva da ultradireita, que no momento se vê obrigada a se colocar na defensiva devido ao fracasso da tentativa de golpe de Estado. Se os bolsonaristas não tivessem recorrido à aventura golpista, certamente, estariam em vantagem na ofensiva contra o governo Lula.

É um erro e uma fraude política a posição de atrelar as centrais, sindicatos e movimentos ao objetivo de condenar Bolsonaro para quebrar a espinha dorsal da ultradireita e proteger a governabilidade de Lula. A força da ultradireita e direita se encontra no grande capital e nas mais distintas variantes da oligarquia burguesa que de fato controla o Estado. Apoia-se em setores da classe média alta e em uma importante camada popular. Tudo indica que o governo de frente ampla de Lula não tem como alterar o curso da crise econômica e do esmagamento das condições elementares de sobrevivência da maioria explorada.

É nesse semeeiro que os partidos de direita e ultradireita acabarão por retomar o poder do Estado. Essa é a maior probabilidade, uma vez que o governo de Lula se acha atado de pés e mãos diante do grande capital e de setores da oligarquia. O prosseguimento das contrarreformas e o peso da alta do custo de vida têm favorecido a oposição francamente liberal e pró-imperialista.

Esta manifestação convocada pelas frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular se utiliza do conflito interburguês em torno à condenação ou anistia de Bolsonaro e seus consortes para defender o governo de frente ampla de Lula. Não expressa um só traço de independência diante da política e do Estado burgueses. Os sindicatos profundamente estatizados têm servido de instrumentos para os governantes e os capitalistas imporem as contrarreformas e medidas de política econômica que atingem a vida da maioria oprimida. A estatização das organizações sindicais e movimentos populares resulta da colaboração de classes praticada por suas direções burocratizadas e corrompidas na política burguesa.

Hoje, era para a classe operária, demais trabalhadores e juventude ganharem às ruas em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Ganharem as ruas pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária,

terceirização e contra as contrarreformas que vêm sendo impostas pelo governo Lula, como a reforma administrativa. Ganharem as ruas pelo fim imediato das privatizações e pela reestatização das empresas já privatizadas, sob o controle operário. Ganharem as ruas em defesa de um salário mínimo vital, capaz de sustentar a família trabalhadora. Ganharem as ruas pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada sem redução dos salários. Ganharem as ruas em defesa da saúde e educação públicas. Ganharem as ruas contra as imposições de Trump à economia nacional. Ganharem as ruas pelo não pagamento da gigantesca dívida pública. Ganharem as ruas pelo fim do genocídio do povo palestino. Essa é a base operária para pôr em pé um combate às posições direitistas e ultradireitistas da burguesia e de seus partidos.

Essa é a base para organizar um Tribunal Popular para julgar a tentativa de golpe de Bolsonaro e seus generais. Somente um Tribunal Popular nascido da luta dos trabalhadores tem como responder aos crimes de classe da burguesia e seus partidos. Qualquer ilusão nos poderes do Estado burguês serve aos interesses da classe capitalista e é fatal para a luta independente da classe operária.

No dia 31 de março, o golpe militar de 1964 completa 61 anos. Os bolsonaristas e seus generais continuam a defender a ditadura militar e a subordinação da democracia burguesa aos ditames das Forças Armadas. Até hoje não se apurou definitivamente os crimes da ditadura e não se puniu os responsáveis pelo golpe, assassinatos, torturas e desaparecimentos de militantes que resistiram à ditadura. Um Tribunal Popular é o único instrumento para ajustar contas com os golpistas, uma vez que é uma criação das massas contraposta às instituições do Estado que sempre servirão aos interesses dos exploradores.

O Partido Operário Revolucionário (POR) participa deste ato para fazer um chamado às centrais, sindicatos e movimentos para que convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua.

Trabalhadores e juventude oprimida, lutemos para derrotar a direita e ultradireita fascizantes no terreno da luta de classes. Derrotemos o bolsonarismo e suas variantes obscurantistas para superar a política burguesa do nacional-reformismo e soterrar a política de colaboração de classes das direções sindicais e populares! O Partido Operário Revolucionário defende e trabalha pela organização independente da classe operária e dos demais trabalhadores sob a estratégia da revolução social. É imperativo nas condições de profunda crise por que passa o Brasil defender a constituição de um governo operário e camponês, nascido da luta das massas contra a dominação burguesa, seu Estado opressor e seus partidos de exploradores. Essa luta é um combate internacional, que exige a mobilização das bases contra a ofensiva do imperialismo em todo o mundo, agora encarnada pelo governo Trump.

Que as centrais, sindicatos e movimentos rompam com a política de conciliação de classes e convoquem um Dia Nacional de Luta!

Que as centrais, sindicatos e movimentos se coloquem por um Tribunal Popular para julgar e punir os crimes da burguesia!

